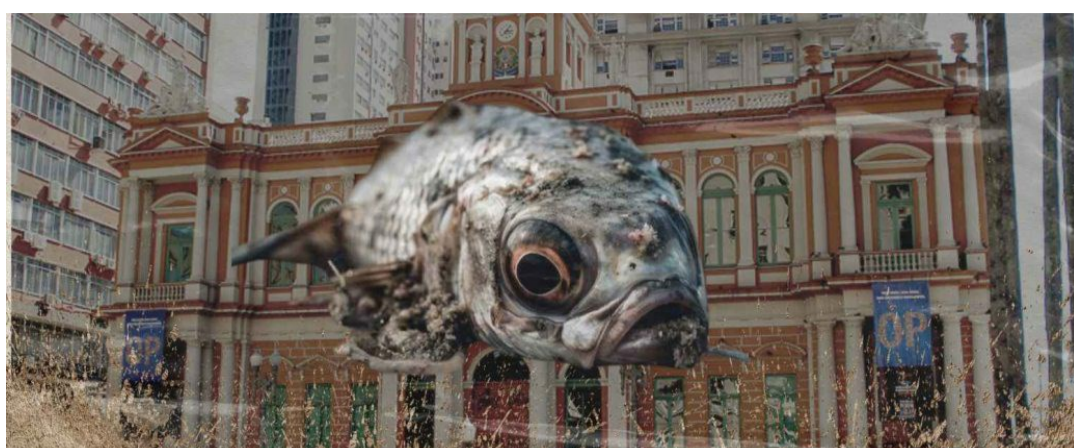


Não é negacionismo, é projeto deliberado

Jornal da Universidade / 5 de setembro de 2024 / Artigo



Artigo | Mestre em Biologia Animal, Rhian Vilar da Silva Vieira avalia a atuação da administração pública na exploração dos recursos naturais

*Por: Rhian Vilar da Silva Vieira

*Ilustração: Maria Eduarda Pacheco Fernandes/ Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

A crise no Rio Grande do Sul não resultou de mero negacionismo, mas de um protocolo que mesclou negligência deliberada e omissão sistemática, pautadas na instrumentalização e no uso seletivo e conveniente da ciência, e impulsionadas pela **irracionalidade da burguesia local e nacional**. Mesmo diante de um vasto conjunto de análises e relatórios, muitos dos quais **solicitados pelo próprio governo**, optou-se por **engavetar dados inconvenientes** que não pudessem **substanciar** discursos e práticas econômicas predatórias de sobre-exploração dos recursos naturais. O **Estado aparelhado**, à semelhança de um **balcão de negócios**, atuou antes e depois da tragédia **atendendo e salvaguardando os interesses** da classe dominante, mesmo que isso significasse **sacrificar o meio ambiente** e, por extensão, a vida humana.

A priori, é crucial desconstruir narrativas contraproducentes. Frases como “Nós, seres humanos, somos os principais causadores da crise” **ocultam a responsabilidade da classe dominante** nacional e global pelas crises ambientais e sociais. Você acha que podemos colocar a burguesia agrária brasileira, **maior responsável** por aprofundar a crise ambiental em escalas brutais, na mesma categoria que o resto da população? E quem você acredita que paga a conta das crises geradas pelo capital? Certamente não é o capitalista, que não só **lucra com o desastre** (vide a **pandemia de covid-19**), mas que quando não consegue, **pede socorro ao Estado** ou **descarrega a crise** nas costas dos trabalhadores.

Vejamos a metodologia na prática, ou seja, quando não é possível alinhar a ciência com os interesses do capital, **o descarte deliberado torna-se opção**. Ainda durante a administração do ex-governador José Ivo Sartori, as instituições de planejamento e gestão urbana, regional e ambiental do estado foram progressivamente enfraquecidas até o desmantelamento – podemos citar a Metroplan, a Fundação Zoobotânica, a FEE e a CIENTEC. E que dizer dos engavetamentos do Plano Estadual de Prevenção de Desastres (2017) e da **Política Estadual de Gestão de Riscos de Desastres Naturais** (2017 – financiada pelo Banco Mundial), que ainda não foram implementadas, assim como do **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)** (2019), suscitando investigações do Ministério Público Federal.

Devido à sua localização geográfica, o Rio Grande do Sul é **historicamente sensível** aos fenômenos naturais **El Niño** e **La Niña**, cujos impactos são agravados pelo **aquecimento global**, pelo **desmatamento e pela desigualdade social**. Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia mostram que o estado é considerado muito vulnerável a esses eventos. No entanto, **mesmo ciente desses riscos**, o governador seguinte, Eduardo Leite, acenou para “passar a boiada”, alterando **480 pontos do Código Ambiental do estado** em tempo recorde, **sem passar** pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia ou pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Para se ter uma ideia, um desses pontos cancela o autolicenciamento; então fica a questão: “que classe social se beneficia com esse desmonte?”.

Em setembro de 2023, as chuvas causaram **impactos significativos na Microrregião do Vale do Taquari**. No entanto, Leite insistiu que os modelos matemáticos não previram a intensidade das chuvas, embora o MetSul tenha **emitido aviso cinco dias antes**, alertando para “chuva extrema, onda de tempestades e enchentes”, com projeções de “300 a 500 mm”. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) também publicou **nota técnica** reforçando o alerta e indicou que diversas construções se encontravam em áreas com alto risco de inundações. O saldo de ignorar o aviso? 71 mortes que poderiam ter sido evitadas.

No mesmo mês, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) deliberou pela expansão da **silvicultura** na região. Detalhe, o presidente do Consema era **ex-representante** da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), enquanto o estudo que embasou essa autorização foi conduzido por uma **empresa do setor de celulose**.

Depois da tragédia de 2023, a Associação dos Servidores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Assema) solicitou à Secretaria de Meio Ambiente uma série de estudos e análises que incluíam o mapeamento de áreas de risco, **mas sequer obtiveram resposta**.

Em outubro do mesmo ano, foi lançada a Agenda Pro Clima 2050, um programa de conciliação de contradições que se baseia em “adaptar” o estado, sem sequer considerar reverter o cenário ecocida. Até o momento, o Pro Clima não apresentou resultados concretos.

Em abril de 2024, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) enviou ao governador um ofício intitulado **Alerta ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Governador do Estado**, contendo um compilado de alertas emitidos ao longo de várias décadas, novamente ignorado. Nesse sentido, fica claro que o que Sartori ou Leite acham a respeito dos dados pouco interessa, embora não sejam ingênuos ou muito menos vítimas, pois aceitaram cumprir um papel: não criar obstáculos ao avanço do projeto burguês, **custe o que custar**. Nesse vale-tudo, apela-se ao falseamento da realidade ao dizer que não seria possível prever eventos extremos, desmontar órgãos públicos, **propor medidas racistas e higienistas** ou mesmo propor **destruir parte do muro da Mauá** para atender à iniciativa privada.

Quer mais um exemplo? Apesar da menção aos governadores, **não podemos subestimar a articulação** capitalista, pois tantas outras peças participam a toque de caixa, basta lembrar que a autoria do **PL 364/2019**, que permite **devastar áreas de campos nativos**, **é de um deputado federal do estado**, e que **22 deles votaram** a favor do **PL 3.179/2004**, que implode o licenciamento ambiental.

Ir além da **pessoalização** é um desafio necessário para não ocultarmos o que há de mais problemático nesse tabuleiro de xadrez, que não são apenas as peças, mas também o jogo. A luta pela conservação biológica não está dissociada da luta de classes e contra as estruturas de poder que instrumentalizam a ciência para manter a exploração e a desigualdade.

Rhian Vilar da Silva Vieira é mestre em Biologia Animal pelo Programa de Pós-graduação em Biologia Animal da UFRGS, voluntário da extensão da UFRGS, atua como professor e coordenador do Curso Pré-Vestibular Popular Liberato e no Projeto História no Cinema para vestibulandos.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Elon Musk e capitalismo desterritorializado



Tecnologias para tempos de emergência



Risco de deslizamentos e a relação entre suscetibilidade natural e vulnerabilidade social

O impacto da covid-19 na vida de pessoas com disforia de gênero

View on Instagram

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 23.09.24



Paridade na consulta para a reitoria, agora adotada na UFRGS, ainda não é consenso entre as universidades federais, aponta mapeamento



Paradesporto propicia melhora na qualidade de vida e auxilia a pessoa com deficiência a projetar o futuro



Da sala de aula às ruas devastadas do Sarandi



Extensão popular para mudar a Universidade!



O futebol das gurias



Carta aos leitores | 12.09.24



Crise climática aponta necessidade de mudanças na produção e no consumo de alimentos



Gabriel Tossi e a busca por conhecimento



Estratégia para enfrentar a desinformação climática

